

O COOPERATIVISMO E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE DESINVISIBILIZAÇÃO SOCIAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Priscila Tinelli Pinheiro¹

Humberto Ribeiro Júnior²

Fecha de publicación: 01/04/2015

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Economia solidária: caracterização e desenvolvimento. 3. O movimento cooperativista e as suas formas de empoderamento como um sistema mais democrático de produção. 4. A luta dos catadores de materiais recicláveis frente ao fenômeno da invisibilidade social e a importância do cooperativismo. 5. Considerações finais. 6. Referências.

RESUMO:

O presente artigo aborda a influência que os processos de empoderamento, gerados pelo movimento cooperativista, exerce no combate ao fenômeno da invisibilidade pública que acomete os catadores de materiais recicláveis. Para discutir a temática, apresenta-se as características da economia solidária como modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, a qual – por meio dos princípios da solidariedade e da autogestão – permite a democratização e o equilíbrio das relações sociais dos trabalhadores. O movimento cooperativista surge, neste

¹ Mestranda em Direitos e Garantias Constitucionais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Advogada. Membro do Grupo de Pesquisa “Invisibilidade Social e Energias Emancipatórias em Direitos Humanos” da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). E-mail: priscilatinelli@hotmail.com

² Doutor em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense – UFF (2013), Mestre em Filosofia e Teoria do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2006) e graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV (2003), professor da Faculdade de Direito de Vitória – FDV. E-mail: humbertorj@gmail.com

sentido, como um importante local para a implementação deste modelo econômico – em especial para os catadores de materiais recicláveis, os quais são vítimas da estrutura excludente do capitalismo, bem como do fenômeno da invisibilidade social. Assim, os empreendimentos solidários crescem, no Brasil, como uma alternativa para a sobrevivência dos catadores de materiais recicláveis tanto no aspecto econômico, em virtude do aumento dos ganhos com a produção, quanto no âmbito social, pelos laços de solidariedade e significado cultural construídos nas cooperativas.

Palavras-chave: economia solidária – cooperativas – catadores de materiais recicláveis – invisibilidade pública

1 INTRODUÇÃO

O contexto econômico mundial tem se modificado ao longo dos anos e alguns dos fatores responsáveis por essas mudanças são, por exemplo, o desgaste da relação entre empregado e empregador, concentração de renda nas mãos das classes dominantes, exclusão social, desemprego em massa, globalização econômica, substituição de mão de obra humana por máquinas, dentre outros, que, por ora, não nos cabe mencionar, mas que são igualmente relevantes.

Em virtude dos citados acontecimentos, houve a necessidade de se buscar alternativas capazes de promover a inclusão de pessoas, as quais, em decorrência da evolução dos mecanismos de produção, acabaram excluídas do mercado do trabalho, já que não conseguiram se enquadrar em tal desenvolvimento. Por conseguinte, restou-lhes a miséria, haja vista a inexistência da oferta de alternativas que permitissem sobreviver com dignidade.

Surgiu, na Europa, no século XIX, um importante movimento por parte da classe operária, o qual se opunha às condições precárias de trabalho instituídas nas fábricas, bem como aos baixos salários, que culminou na criação de cooperativas de trabalhadores, cujo intento era a formação de uma organização voltada para a autonomia dos seus membros, que não fosse destinada exclusivamente a manutenção da relação estabelecida entre capital e trabalho, mas fosse além dessa perspectiva.

Desta forma, foram criadas cooperativas de trabalhadores, em que inexistia a figura do empregador e os seus próprios membros eram os responsáveis pela gestão da produção, que é o denominado modelo de autogestão. Destaca-se que a principal característica desses primeiros movimentos de cooperativismo e, que perdura nos modelos atuais, é a valorização do indivíduo no processo de produção, o que se torna possível por meio da reversão de lucros para os seus próprios membros.

Diante disso, criaram-se formas de produção alternativas ao capitalismo, dentre elas podemos destacar a chamada economia solidária, cujos pilares são: igualdade, solidariedade e proteção ao meio ambiente e é implantada, geralmente, nas cooperativas de trabalhadores. Assim, não há sobreposição de cargos ou funções no espaço em que se aplica a aludida forma econômica, isto é, valoriza-se a produção individual do cooperado/associado, o que nos remete a observar o potencial emancipatório e social desse modelo.

No Brasil, essas alternativas de produção estão presentes em poucos locais, haja vista a extensão da sua população e do seu território. Contudo,

isso não significa que a economia solidária, por meio do cooperativismo, por exemplo, não tenha dado passos importantes para a sua efetivação, visto que o seu modo de desenvolvimento se mostra atrativo para muitos trabalhadores.

Ademais, os trabalhadores informais são vítimas de um fenômeno denominado invisibilidade pública, o qual é um resumo de várias ações e atinge diversos grupos sociais fazendo com que a situação precária a que são submetidos seja invisível aos olhos da população. Convém mencionar que uma dessas ações é a humilhação social, a qual atinge as camadas mais pobres da sociedade e, no caso em tela, os trabalhadores informais.

A partir destas considerações, cabe mencionar que o presente artigo elegera a categoria dos catadores de materiais recicláveis com o objetivo de exemplificar o fenômeno mencionado. Percebe-se, neste sentido, que essas pessoas, para garantir sua sobrevivência, percorrer as ruas em busca de materiais recicláveis e, com isso, arriscam-se no trânsito com seus “carrinhos” ou sacolas em punho, submetem-se à chuva, calor, frio, dentre outras condições degradantes de trabalho sem, muitas vezes, conseguir renda suficiente para o próprio sustento e de sua família.

Nesse contexto, é preciso destacar a necessidade que se tem da divulgação e implementação dessas formas alternativas de produção para os milhares de trabalhadores informais existentes na sociedade atual, pois a chance de potencializar a sua força de trabalho e, por conseguinte, a sua renda é justamente recorrendo a essas formas alternativas de produção, uma vez que como trabalhador informal ele é apenas mais um nesse mundo de concorrência, mas com a cooperativa, por exemplo, a sua possibilidade de concorrer é maior, tendo em vista a quantidade de trabalho produzido.

Convém mencionar que a economia solidária tem se tornado uma alternativa recorrente para esses trabalhadores na medida em que possui certo potencial transformador tanto da produção de renda, quanto do aspecto social do trabalho, além dos processos de empoderamento – que são permitidos pelo movimento cooperativista, em que esses trabalhadores estão se inserindo.

Objetiva-se, com o presente trabalho, discutir acerca das questões que envolvem a implementação da economia solidária por meio do movimento cooperativista e, a partir disto, buscar a resposta para o seguinte questionamento: em que grau os processos de empoderamento do cooperativismo podem servir como instrumentos de desinvisibilização social para os catadores de materiais recicláveis?

Assim, nos limites do presente estudo, parte-se da hipótese de que as cooperativas, por meio da adoção do modelo de economia solidária como

forma de produção alternativa, constituem-se em mecanismos de produção de renda e, além disso, representam uma forma de emancipação social, que são fatores essenciais para o início do processo de desinvisibilização social.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CARACTERIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A economia solidária pode ser caracterizada como uma forma alternativa de produção que teve surgimento na Europa juntamente com o movimento cooperativista. Num primeiro momento, é possível atrelar o surgimento da economia solidária – por iniciativa dos próprios operários – ao desemprego em massa e à exclusão social, fenômenos estes vivenciados, no século XIX, em virtude da substituição da mão-de-obra humana pela força das máquinas a vapor.

No Brasil, tais fatores também serviram, no início, como fomentadores a esse modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo. Nota-se que ele foi difundido como resposta à grande crise de 1981/83 quando muitas indústrias pediram concordata e entraram em processo falimentar (SINGER, 2012, p. 87), o que desencadeou no desemprego de grande parte da massa trabalhadora.

Contudo, o seu rápido desenvolvimento no Brasil não se restringe, na atualidade, a tais fatores, já que os benefícios ocasionados pela adoção deste modelo vão além da esfera econômica. Assim, a disseminação do referido modelo de produção tem como causas diversas “[...] a expansão do conhecimento do que é e a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária” (SINGER, 2012, p. 126).

Entende-se que se trata de um modelo alternativo, então, porque há forte negação à base do capitalismo, a qual dissemina a ideia de ruptura entre o desempenho da força de trabalho e a posse dos meios de produção. Pretende-se, com a implementação da economia solidária, a cumulação entre o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios (SINGER, 2012, p. 83).

Percebe-se, desta forma, que o trabalho e o capital, por ele acumulado, estão interligados, visto que os operários são, neste modelo, os próprios proprietários do estabelecimento e nele empregam a sua mão-de-obra, ou seja, “todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa” (SINGER, 2012, p. 83).

Observa-se que os operários encontraram, na economia solidária, uma maneira de vencer o grande número de desemprego em massa e obter, como consequência imediata, certa autonomia econômica, já que eles

detém, agora o poder de controlar o lucro advindo da sua própria força de trabalho.

A partir disto, André Souza (2011, p. 173-174) traça o seguinte conceito de economia solidária:

economia solidária é o termo que vem sendo empregado para designar e identificar politicamente uma variedade de iniciativas coletivistas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito balizadas por princípios idealmente igualitários e democráticos. Tal universo abrange cooperativas [...], pequenos empreendimentos comunitários (pré-cooperativas) [...]. Esse conjunto de iniciativas, denominado às vezes trabalho associado ou “novo cooperativismo”, decorre da dinâmica atual de acumulação flexível do capitalismo mundial, marcado pela redução de custos, bem como pela informalização e precarização das relações e condições de trabalho.

Como evidenciado, as práticas da economia solidária advém de iniciativas em conjunto, por parte dos operários, que sofrem com o cenário da relação de trabalho assumida pela adoção do capitalismo como modelo econômico. E, além disso, podem ser identificadas variadas formas de implantação de tal modelo de produção, sendo a mais básica a cooperativa de produção – que é o objeto de estudo do presente trabalho.

Nessa linha, Paul Singer (2012, p. 87) reforça que o crescimento da economia solidária decorre essencialmente das crises sociais originadas pela concorrência dos capitais privados. Depreende-se, portanto, que essa concorrência de capitais privados é uma das principais causas da precarização das relações e condições de trabalho, uma vez que o aumento do lucro importa a conseqüente redução dos gastos empresas, sendo o principal com a mão-de-obra.

Acerca dos principais segmentos que se utilizam da economia solidária, André Souza (2011, p. 181) traça o seguinte panorama:

a economia solidária efetivamente se apresenta como uma alternativa de trabalho para segmentos bastante marginalizados na sociedade: ex-detentos, portadores de deficiências físicas e mentais, coletores de lixo reciclável, pessoas consideradas idosas para o mercado de trabalho, com baixa escolaridade ou limitada qualificação profissional. Embora vista como atividade provisória pela maioria dos trabalhadores envolvidos, para alguns integrantes desses empreendimentos a economia solidária significa rejeição da arbitrariedade de empresas convencionais, sobretudo o desemprego injustificável. Em vez de lucro individual ou restritamente usufruído, ela representa ênfase no trabalho e na socialização de seus resultados.

Com base nestas considerações iniciais acerca do surgimento da economia solidária, faz-se necessário destacar alguns aspectos que caracterizam tal modelo como alternativo ao capitalismo e quais os princípios basilares da sua constituição. Sobre as características fundamentais que constituem os modos alternativos de produção, Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez (2002, p. 25) destacam os seguintes aspectos gerais: a solidariedade, a igualdade e a proteção do meio ambiente.

Pode-se afirmar que a solidariedade é o principal aspecto constitutivo da economia solidária, pois é o primeiro sentimento que se torna evidente quando um grupo de trabalhadores resolve se reunir para montar um empreendimento com a adoção de um modo de produção alternativo. Por meio da formação de vínculos sociais cuja base é a ajuda mútua, seus componentes organizam-se em prol de um objetivo comum: vencer as barreiras da economia capitalista e voltar ao mercado de trabalho caracterizado como “formal”.

Percebe-se, neste sentido, que

[...] mesmo tendo a sua prática voltada para aspectos econômicos e políticos, o foco das organizações de economia solidária é direcionado para a dimensão “intersubjetiva da vida social”. A solidariedade é definida como determinante a partir da formação de laços sociais instituídos nos planos simbólicos e concretos conferindo sentido à vivência social (GIROTTO, 2012, p. 30).

Outra característica da economia solidária é a igualdade entre os trabalhadores. Isso significa que as relações no interior de um empreendimento solidário são construídas sob a ótica da horizontalidade, ou seja, mesmo que há cargos diferenciados, não existirá valoração diferenciada entre eles. Além disso, a igualdade pode ser observada na forma como ocorre a divisão dos lucros, os quais serão distribuídos de forma igualitária para cada trabalhador.

Sobre este aspecto, Mariana Carvalho (2012, p. 49) assevera que a economia solidária

[...] constitui-se uma forma de produção e distribuição horizontalizada, fundamentando no ser, ou seja, diferente da formatação vertical capitalista que é regida por princípios de exclusão, individualização, hierarquização, por ser centrado na busca pelo aumento das taxas de mais-valia.

Evidencia-se, neste trecho, mais uma vez a busca da economia solidária – como outra forma de economia – pela superação do capitalismo,

por meio da extinção da figura do “patrão” na estrutura do empreendimento objetiva-se acabar com a horizontalização das relações trabalhistas. Assim, mesmo que sejam criadas diferentes funções dentro do estabelecimento, aqueles que participam de maneira direta da produção não terão maior ou menor valor em comparação aqueles que atuam em outras áreas do empreendimento.

Após a identificação dos principais aspectos da economia solidária, faz-se necessário delinear acerca do modelo organizativo que a compõem, qual seja a autogestão. Interessante ressaltar que a prática de autogerir não se resume na participação dos trabalhadores nas decisões internas, sendo esta situação apenas um viés do modelo.

De acordo com Carvalho (2012, p. 50), a autogestão vai além da mera participação, porque tem como fomento a busca pela democratização da produção e objetiva, como norte maior, a construção de outra sociedade. Deste modo, o modelo de autogestão ultrapassa a mera participação dos trabalhadores no ambiente da empresa, pois propõe o envolvimento deles nas questões referentes a administração da sociedade como um todo.

Por outro lado, a autogestão, para ser efetivada e se transformar em uma alternativa viável de produção, precisa enfrentar alguns obstáculos que surgem a sua implantação, por exemplo, a ausência de experiência de autogerir por parte dos trabalhadores, o que pode implicar a falta eficiência e criatividade na aplicação do modelo de administração e, com isso, prejudicar os resultados da produção (CARVALHO, 2012, p. 55).

Entretanto, este obstáculo pode ser superado na medida em que os membros dos empreendimentos solidários – em especial aqueles que ocupam os cargos destinados à administração – passam por cursos de formação, ofertados muitas vezes pelo próprio Estado, para adquirir conhecimentos necessários à gestão do negócio

Aponta-se, então, como principal benefício do modelo de autogestão adotado nestes empreendimentos solidários o fato de que

A interação no processo organizacional melhora a percepção do todo e estimula novas ideias por parte dos participantes contrariando o modelo capitalista que desenvolve a especialização do trabalho e [...] contribui (de forma desejável) para a alienação social instituída para afastar a capacidade de pensar crítico e acatar o modelo de desenvolvimento econômico capitalista como único e irrestrito (OLIVEIRA, 2012, p. 50).

Em consonância ao que foi dito sobre a autogestão, vale ressaltar que a sua implantação como modelo de administração nas empresa solidárias deve ocorrer juntamente com os princípios democráticos, pois como já enunciado, todos os trabalhadores devem participar da organização do

ambiente de trabalho, ou seja, devem ter voz para decidir as questões gerenciais de forma igualitária, sem que haja o privilégio de uma opinião ou voto em detrimento de outro.

Por uma questão de organização, é comum que haja eleições para compor um grupo de poucos trabalhadores que são responsáveis por aplicar as decisões tomadas pelo restante dos integrantes, como uma diretoria que põe em prática as deliberações da assembleia. Porém, isso não contrapõe de forma alguma a característica de que todos os trabalhadores decidam sobre as questões administrativas, na medida em que é apenas uma forma de potencializar a gestão da empresa.

Assim, é possível chegar a conclusão de que o próprio surgimento da economia solidária ocorreu de forma tipicamente social, o que evidencia mais uma vez que a economia solidária aparece como uma forma de reinserção social por meio do mercado de trabalho, visto que os pressupostos das formas alternativas de produção fundamentam-se na autonomia dos trabalhadores frente à exploração de sua respectiva força de trabalho.

3 O MOVIMENTO COOPERATIVISTA E AS SUAS FORMAS DE EMPODERAMENTO COMO UM SISTEMA MAIS DEMOCRÁTICO DE PRODUÇÃO

Os primeiros modelos de cooperativas surgiram no século XIX, na Europa Ocidental, com o desencadeamento do fenômeno do empobrecimento da classe trabalhadora em virtude da transformação dos camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das primeiras fábricas do capitalismo industrial (SANTOS; RODRIGUÉZ, 2012, p. 33).

Destaca-se que o desenvolvimento do cooperativismo teve como fator precursor a busca por melhores condições de trabalho e remuneração, uma vez que os baixos salários pagos pelas indústrias eram insuficientes para a manutenção de uma vida digna. Além disso, o ambiente de trabalho era indigno, já que as indústrias para manterem-se competitivas no mercado precisavam reduzir os custos de sua produção, o que refletia diretamente sobre as condições de trabalho dos operários.

Desta forma, o primeiro exemplo de cooperativa ocorreu na França, oriundo de protestos, cujos protagonistas eram os próprios operários que buscavam melhores condições de trabalho. Não obtiveram resposta e, por isso, resolveram criar e administrar de forma coletiva suas próprias fábricas (SANTOS; RODRIGUÉZ, 2012, p. 33).

A autora Nezilda Culti (2002, p. 6) conceitua cooperativismo da seguinte forma:

[...] sistema de cooperação que aparece historicamente junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, além do que, propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio coletivo.

Nesse sentido, o movimento cooperativista torna-se uma alternativa ao modelo tradicional de capitalismo, uma vez que organiza-se de forma coletiva e prima pelo desenvolvimento coletivo em detrimento do individual, que é a característica do capitalismo responsável por impedir o crescimento do trabalhador reduzindo-o, por conseguinte, a uma mera ferramenta do processo produtivo.

A cooperativa de produção é, desta forma, a modalidade mais básica da economia solidária (SINGER, 2012, p. 84), a qual pode ser adotada por diversos outros modelos de organizativos de produção e de distribuição. Dentre as finalidades perseguidas pelo cooperativismo, nota-se que a principal consiste na superação da “[...] divisão entre capital e trabalho – e o esquema de propriedade individual e a administração hierárquica que a acompanham – característica das empresas convencionais” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 335).

Sobre esta questão, Oliveira (2012, p. 64) pondera que

No modelo de atuação capitalista, os indivíduos detém o direito a propriedade, cujo princípio fortalece a desigualdade pela existência de uma bipartição: uma classe detentora do capital e outra da mão de obra. Neste princípio, a mão de obra ao desempenhar melhor suas atividades incrementa os lucros da outra parte, ampliando a desigualdade.

Com relação às características do cooperativismo, Santos e Rodríguez (2012, p. 33) apontam que “como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade”. A partir da análise dessas características, é possível depreender que há, então, neste sistema de organização, a valorização do trabalhador, uma vez que inexistente discriminação entre os integrantes do processo de produção e, por outro lado, a renda obtida é revertida em proveito dos próprios trabalhadores.

No que tange à realidade brasileira, pode-se destacar que o surgimento das cooperativas de trabalho ocorreu a partir de 1932 com grande influência das características dos modelos implantados na Europa, que eram mais avançados. Ressalta-se que os primeiros modelos eram compostos por

[...] mão-de-obra semi-qualificada, trabalhadores braçais como transportadores de carga, motoristas de caminhão, artesão,

pescadores, trabalhadores em edifícios. Outros profissionais como médicos, dentistas, professores universitários, cientistas sociais, jornalistas, escritores, músicos, cineastas, radialistas, artistas, etc, também começaram a se reunir em cooperativas, a fim de solucionar os principais problemas do mercado de trabalho (CULTI, 2002, p. 7).

Mister se faz ressaltar que o modelo atual de cooperativismo não restringe o acesso à mão-de-obra qualificada, ou seja, trata-se de “[...] uma realidade acessível a todos [...] mediante a associação, que desejam encontrar uma forma de trabalho para gerar renda e fonte de subsistência ou também se emancipar do sistema de salários” (CULTI, 2002, p. 7). Desta forma, a renda obtida no processo de produção é revertida em benefício da associação e dos próprios associados, ao passo que no modelo tradicional capitalista o lucro era monopolizado pelo empregador que repassava para os trabalhadores uma parcela referente ao salário.

Atualmente, é possível elencar, pelo menos, dois principais casos que desencadeiam a formação de cooperativas de trabalho. O primeiro deles, de acordo com Maria Nezilda Culti (2002, p. 8-9), ocorre na hipótese de falência ou extinção da fábrica. Nesse caso, os trabalhadores se organizam para continuar as atividades empresa com a ajuda, muitas vezes, do sindicato da categoria e, com isso, evitam o desemprego. Por outro lado, o segundo caso citado pela autora refere-se aos trabalhadores que foram excluídos processo de produção e que não conseguiram se reintegrar no seu antigo setor ou em outro e recorrer às formas alternativas de produção com o intuito de auferir renda.

O que é comum, então, às duas principais causas geradoras dos empreendimentos cooperativos – elencadas pela autora – é o fato de que

[...] a empresa cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (OLIVEIRA, 2012, p. 61-62).

Percebe-se, com base nestas considerações, que os princípios formativos do cooperativismo, bem como a forma pela qual ocorre a sua estruturação permitem que os cooperativados adquiram certo grau de empoderamento. Tal fato decorre – em especial – do modelo de autogestão adotado por esta forma de associação, o qual possibilita uma organização mais democrática das tomadas de decisão, além de conferir autonomia aos trabalhadores.

Em consonância como que foi dito acerca da autonomia dos trabalhadores, Márcia Misi (2000, p. 88) descreve que “essa forma de organização dos trabalhadores pode então exercer um papel, não só de

alocador de mão-de-obra disponível, mas também como instrumento de resgate da autonomia do trabalho, perdida com a Revolução Industrial”.

Os cooperativados vislumbram, por meio deste modelo, e, pela própria ausência das figuras de empregado e de empregador, os reflexos diretos oriundos da sua forma de trabalho. Os lucros obtidos com a sua produção, por exemplo, retornam para eles de maneira proporcional, assim como há a valorização da capacidade de decisão dos cooperativados, uma vez que eles participam ativamente da organização do empreendimento.

Nota-se que na medida em que há o aumento da participação dos trabalhadores no processo organizativo e decisório da cooperativa, crescem também as responsabilidades destes para com a sustentação competitiva do empreendimento no mercado, já que eles próprios sofrem as consequências desta situação. Torna-se evidente, então, que

O cooperativismo pode desempenhar um papel muito importante na formação de uma consciência de cidadania crítica dos cooperativos uma vez que, a partir dos problemas vivenciados, se afirma a responsabilidade individual e coletiva pelo sucesso ou fracasso do empreendimento (MISI, 2000, p. 77).

Assim, com base no que foi exposto acerca das especificidades do sistema cooperativista como uma das facetas da economia solidária, bem como nos benefícios acarretados a partir da sua implantação, é inegável o potencial transformador que ele representa. A sua viabilidade apresenta-se não só para a redução das taxas de desemprego – desencadeada pela exclusão de uma massa de trabalhadores do processo de produção – mas também para aqueles que procuram fugir dos efeitos da lógica da desigualdade, existente entre os detentores da propriedade e os que compõem a produção, fomentada pelo modelo econômico capitalista.

Desta forma, à luz dos preceitos difundidos pelas cooperativas solidárias, o próximo tópico destina-se à análise, em específico, da contribuição proporcionada por tal empreendimento para a luta travada pelo movimento dos catadores de materiais recicláveis contra as consequências geradas pelo fenômeno da invisibilização social a este grupo social.

4 A LUTA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS FRENTE AO FENÔMENO DA INVISIBILIDADE SOCIAL E A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO

Nesta terceira parte do trabalho, analisar-se-á a aplicação dos princípios da economia solidária no modelo cooperativista pelos catadores de materiais recicláveis, os quais procuram a superação dos obstáculos impostos pelo capitalismo em busca da sobrevivência no mercado econômico.

Com o surgimento das “cidades globais”, é notável o estabelecimento de uma espécie de dualismo entre os ricos e os pobres, o qual se manifesta na “[...] diferença entre os rendimentos e as condições de vida entre um pequeno número de trabalhadores qualificados e os de um setor maioritário de pessoas qualificadas e não qualificadas que têm empregos precários” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 331-332).

Este grupo de pessoas não qualificadas e, por sua vez, excluídas do mercado formal de trabalho pelos efeitos acarretados pela adoção do capitalismo como modelo econômico é que compõem a massa de indivíduos que se dedicam ao exercício da atividade de recolhimento de materiais recicláveis. Identifica-se, neste sentido, que estes trabalhadores são – em sua maioria – aqueles desempregados que procuram, nesta forma de trabalho, uma alternativa de sobrevivência econômica, tendo em vista a dificuldade de reinserção no mercado formal de trabalho.

Observa-se que os catadores de materiais recicláveis – no exercício autônomo e informal do seu labors nas ruas – constituem um grupo que, além de excluído dos postos formais de trabalho, é vítima do fenômeno da invisibilidade pública, o qual pode ser definido como o “desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação” (COSTA, 2004, p. 63).

Nessa perspectiva, o autor caracteriza a humilhação social como

[...] um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho. Constitui, assim, um problema político.

Com relação ao segundo fenômeno psicossocial que constitui a invisibilidade pública, Fernando Braga da Costa (2004, p. 63-64) descreve que

Reificação é o processo histórico de longa duração através do qual as sociedades modernas fundaram seus alicerces sob o princípio das determinações mercantis. [...] Desse modo, a reificação configura-se como processo pelo qual, nas sociedades industriais, o valor (do que quer que seja: pessoas, relações inter-humanas, objetos, instituições) vem apresentar-se à consciência dos homens como valor sobretudo econômico, valor de troca: tudo passa a contar, primariamente, como mercadoria.

A partir destas considerações acerca do conteúdo técnico em que se baseia a invisibilidade social, faz-se necessário apontar – de forma generalizada – alguns fatores que contribuem para a instalação dos efeitos deste fenômeno sobre o grupo dos catadores de materiais recicláveis.

Percebe-se, neste sentido, que os fatores estigmatizantes que recaem sobre estes trabalhadores são múltiplos, por exemplo, a própria atividade desenvolvida os coloca em contato direto com o lixo, o que acarreta certo preconceito perante a sociedade e, além disso, os próprios catadores admitem sentirem “vergonha” daquela situação. O fato deles vasculharem as lixeiras em busca de materiais recicláveis já é suficiente para a criação de um estigma cuja base constitui-se pela extensão do imaginário da sujeira para além do objeto de trabalho.

César Rodríguez (2012, p. 339) destaca que “[...] a exclusão social da qual são vítimas os recicladores é especialmente perversa e dramática”, pois. E o autor acrescenta, ainda, que o contato direto com o lixo – em virtude da atividade de reciclagem –, bem como o fato de que muitos catadores são moradores de rua, os tornam

[...] vítimas do mais elevado grau de exclusão e estão relegados às zonas mais selvagens da cartografia urbana – isto é, as lixeiras, as ruas e os guetos onde vendem os seus produtos a intermediários e onde em certas ocasiões inclusive habitam (RODRÍGUEZ, 2012, p. 339).

Além destes fatores, é possível atribuir como causa do fenômeno do qual são vítimas os recicladores, a precarização que circunda o desenvolvimento da atividade de busca pelos materiais e a própria informalidade característica atividade de recolhimento de materiais pelas ruas das cidades. Desta forma, estes indivíduos se submetem a inúmeros riscos ao andar pelas ruas empurrando suas carroças sob condições climáticas desumanas, como chuva e calor intensos.

Somada a estas causas, identifica-se ainda – como contribuinte para a precarização do trabalho – a atuação dos chamados “sucateiros” ou “intermediários”, os quais atuam na compra dos materiais dos catadores informais e, na posterior, revenda destes para as indústrias de reciclagem. Perante esta situação, os catadores tornam-se, mais uma vez, vítimas dos efeitos devastadores da invisibilidade pública, já que, para sobreviver no mercado econômico, sujeitam-se à exploração ao venderem sua matéria-prima a preços irrisórios para os intermediários, os quais a revendem e, com isso, obtêm lucros significativos.

Acerca desta temática, as autoras Medeiros e Macêdo (2006, p. 66) reiteram que “[...] os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel

que representam na economia e no meio ambiente [...]”. Em virtude da ínfima valorização dos catadores como agentes sociais, é que se instala o fenômeno da invisibilidade pública, a qual se caracteriza pelo “descaso” social que toda a população possui com aquele cidadão.

Em busca, então, de melhores condições de trabalho e da dignificação da atividade, os catadores de materiais recicláveis começaram a organizar-se coletivamente em associações e cooperativas de trabalho. Desta forma, apesar do efeito excludente provocado pelo capitalismo e recaído sobre estes grupos marginalizados, eles encontraram, nas estratégias econômicas coletivas, uma alternativa para “seguir em frente” (RODRÍGUEZ, 2012, p. 333).

A própria lógica do mercado de reciclagem é perversa aos recicladores, os quais só conseguem uma renda suficiente para sobrevivência quando vendem em grandes quantidades, o que também é dificultado pela ação dos “intermediários”. Assim, a associação destes indivíduos em empreendimentos solidários é uma maneira de potencializar a produção e, com isso, aumentar a renda obtida por meio desta atividade.

Neste sentido, a reunião de recicladores para realização da atividade de forma coletiva nos leva a pensar que

[...] o trabalho associativo possa trazer forças para competir com igualdade no mercado, procurando, com a união, aumentar a oferta de materiais recicláveis e conseguir um volume maior, suficiente para negociar os preços e as condições com poucas indústrias deste seguimento (MAGERA, 2003, p. 132).

A partir da análise dos benefícios gerados pelas cooperativas de recicladores, nota-se que tal empreendimento torna-se mais rentável sob o ponto de vista econômico, além de apresentar-se como uma alternativa aos catadores que andam pelas ruas e pelos aterros sanitários em busca de materiais recicláveis. Como dito, a renda obtida pela produção nas cooperativas sofre um aumento significativo, o que torna-as mais competitivas perante as indústrias compradoras de tal matéria-prima, bem como livra os catadores da exploração pelos intermediários, as cooperativas representam um ganho no aspecto social.

Isso significa que, a construção de laços de solidariedade entre os cooperativados, permite a recuperação da sociabilidade nas relações, a qual era inexistente no capitalismo econômico, tendo em vista o individualismo exacerbado imperava neste modelo. Sob o ponto de vista social, então, as cooperativas exercem um papel fundamental, na medida em que elas retiram os catadores do ciclo de exploração promovido pelos “sucateiros” e, a partir de uma ajuda mútua, estes indivíduos reúnem-se em prol de um

fim comum, qual seja a busca por um modelo alternativo, que regido por regras inclusivas, permita a reinserção no mercado econômico.

Destaca-se, também, que estes indivíduos recuperam a sua identidade com o trabalho, na medida em que conseguem vislumbrar os ganhos obtidos por meio da sua força de trabalho sendo revertidos em seu próprio proveito. Os lucros da atividade desenvolvida serão, por esta lógica, repartidos entre aqueles cooperativados que – direta ou indiretamente – contribuiram para a produção.

Sobre esta questão, Souza (2003, p. 10) aponta que

[...] nos empreendimentos solidários vêm ocorrendo outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos.

Entretanto, mesmo que a economia solidária – adotada no sistema de cooperativismo – tenha o seu desenvolvimento atrelado de maneira significativa às crises sociais ocasionadas em razão busca desenfreada pelo acúmulo de capitais, ela somente se tornará um modelo alternativo ao capitalismo à medida que [...] a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (SINGER, 2012, p. 86-87).

Observa-se, neste sentido, que, no Brasil, existem poucos exemplos de empreendimentos solidários, mas “[...] mesmo assim não há como olvidar que dezenas já se libertaram pela solidariedade” (SINGER, 2012, p. 127). Este número pode ser atribuído ao fato de que a lógica que rege o sistema capitalista – ou seja, o individualismo da organização econômica do mercado e dos postos de trabalho – ainda se faz muito presente no imaginário da sociedade, a qual não acredita que alternativas de organização coletiva podem se tornar competitivas.

Não se pode, ademais, reduzir os avanços obtidos com a implementação das cooperativas solidárias ao aspecto econômico, pois a função social de proposta associativa é muito maior. Desta forma, os catadores – assim como outros trabalhadores excluídos do mercado de trabalho – encontram neste modelo de empreendimento uma saída para as consequências do fenômeno da invisibilidade pública, pois eles sentem-se integrados novamente naquela sociedade.

Por isso, é possível afirmar que apesar destes empreendimentos solidários terem pouca representatividade na economia, eles “[...] possuem grande significação cultural, afinal são experiências destacadamente educativas” (SOUZA, 2003, p. 7).

Assim, o movimento cooperativista cresce cada vez mais entre os catadores de materiais recicláveis não só como uma possibilidade de potencialização de sua produção e sobrevivência econômica, mas como um importante instrumento de luta em face das consequências cruéis do fenômeno da invisibilidade social, que os coloca à margem da sociedade por não se enquadrarem naquilo que é considerado tradicional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho não se pretendeu reduzir a adoção da economia solidária à única possibilidade de potencialização da renda aos indivíduos que se encontram desempregados ou aqueles, como os catadores de materiais recicláveis que se submetem a condições precárias de trabalho em busca da sobrevivência. O objetivo era demonstrar os benefícios que tal modelo propicia àqueles que optam pela sua adoção, bem como apresentar a viabilidade de um modelo baseado na autogestão por seus próprios membros.

6 REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Mariana Costa. **Autogestão, Economia solidária e Cooperativismo**: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2012.
- COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.
- CULTI, Maria Nezilda. **O cooperativismo popular no Brasil**: importância e representatividade. In: TERCER CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, Amsterdam, 2002.
- GIROTTO, Juliana Carla. **Educação popular na construção de alternativas de economia solidária**: um estudo de caso de associações de catadores de Erechim/RS. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2012.
- MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas: Átomo, 2003.
- MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de.; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. **Psicologia & Sociedade**. Rio Grande do Sul, n. 18, p. 62-71. mai-ago. 2006.

- MISI, Marcia Costa. **Cooperativas de trabalho**: direito do trabalho e transformação social no Brasil. São Paulo: LTr, 2000.
- OLIVEIRA, Julimari Aparecida Bonvenchio de. **Economia solidária**: uma alternativa a renda dos catadores de resíduos sólidos de Maringá. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2012.
- RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 329-367.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: _____. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 23-74.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 81-127.
- SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: _____.; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 11-30.
- SOUZA, André Ricardo de. Um exame da economia solidária. **Revista Outra Economia**. São Leopoldo, v. 5, n. 59, p. 173-184, jul-dez. 2011.
- SOUZA, André Ricardo de. Um instantâneo da economia solidária. In: SINGER, Paul; _____ (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 7-10.